



**PARECER PRÉVIO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10020/2012.**

**Aposos:** Processo nº 10438/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama

**4- Exercício:** 2011

**5- Responsável:** João Ocivaldo Batista de Amorim (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331

**7- Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1326/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais da Prefeitura Municipal de Canutama, referente ao exercício 2011, de responsabilidade do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 1º, I e artigo 29, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM);

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



**PARECER PRÉVIO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 63/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10020/2012.**  
**Apenso:** Processo nº 10438/2013.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** João Ocivaldo Batista de Amorim (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1326/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Canutama, exercício 2011, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, ambos da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 5º, II e art. 188, §1º, III da Resolução nº 04/2002, Regimento Interno TCE-AM, sob a responsabilidade do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim** no valor de R\$10.960,30 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



**ACÓRDÃO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 63/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Canutama o que segue:

**10.3.1.** Que aos futuros gestores responsáveis pelas contas anuais observem com rigor o prazo estabelecido para o envio da Prestação de Contas Anual;

**10.3.2.** Que se observe, com mais rigor, o que estabelece o art. 156, da Constituição Estadual de 1989, c/c o art. 43, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 164, § 3º da Constituição Federal de 1988;

**10.3.3.** Quando do envio da Prestação de Contas Anual seja observado com, mas atenção as informações relativas à relação de Restos a Pagar.

**10.4. Determinar** a Prefeitura Municipal de Canutama o que segue:

**10.4.1** Que seja implantado de forma definitiva o sistema de controle interno no âmbito da administração municipal;

**10.4.2.** Que regularize de imediato os débitos (Pensão Alimentícia - R\$ 227,22, ASPRONC- R\$ 2.216,41 e Empréstimo Consignado- R\$ 29.202,92), apresentado na Demonstração na Dívida Flutuante (item 8, 9 e 10, do Relatório Conclusivo nº 69/2012 - DICAMI);

**10.4.3.** Que seja nomeado o gestor dos recursos do RPPS para exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo tenha, no mínimo, o contido no art. 2º da Portaria MPS Nº 155/08;

**10.4.4.** Que apresente escrituração contábil do RPPS da Prefeitura Municipal de Canutama em desacordo com art. 16, § único, Portaria MPS NO 402/08;

**10.4.5.** Que apresente contas distintas das disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS e das demais disponibilidades da Prefeitura de Canutama em desacordo com o art. 17, ON SPPS n.º 02/09;

**10.4.6.** Que comprove o encaminhamento a Secretária de Políticas de Previdência Social SPS do Ministério da Previdência Social-MPS o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial-DRAA até 31 de março de 2010 com espeque no art. 5º, § 6º, I da Portaria MPS Nº 204/08;

**10.4.7.** Que comprove se encaminhamento a SPS/MPS o Demonstrativo Previdenciário Demonstrativo de Investimentos e Disponibilidades Financeiras e Comprovantes do Repasse e Recolhimento ao RPPS até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano civil com fulcro no art. 5º, §6º, 11 da Portaria MPS Nº 204/08 (itens 12 e 13 do Relatório Conclusivo nº 69/2012;



**ACÓRDÃO Nº 63/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 63/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.4.8.** Que comprove se os Demonstrativos Contábeis do art. 101 da Lei 4.320/64, foram encaminhadas à SPS/MPS Até 30 de setembro, em relação ao primeiro semestre, e até 31 de março, em relação ao encerramento do exercício anterior com esteio no Art. 5º, §6º, III, Portaria MPS NO 204/08;

**10.4.9.** Ao Chefe do Poder Executivo que envie ao Poder Legislativo Municipal o projeto de lei que fixe os subsídios dos agentes políticos eletivos municipais (item 21 do Relatório Conclusivo nº 69/2012 - DICAMI).

**10.4.10.** Que encaminhe com a máxima urgência os 258 (duzentos e cinquenta e oito) Contratações Temporárias realizada no exercício de 2011, para serem analisada pela DCAP (item 22 do Relatório Conclusivo nº 69/2012 - DICAMI).

**10.5. Determinar** a Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que:

**10.5.1.** Que seja comunicado a Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRFB, para verificar se os débitos oriundos de parcelamentos de PASEP e INSS, no valor de R\$ 1.911.657,74 estão sendo efetuados;

**10.5.2.** Que seja comunicado a Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRFB, sobre a INSS/servidores, Pessoa Física e Jurídica, nos valores de R\$ 489.932,75, R\$ 52.242,81 e R\$ 38.219,98.

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral